

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2025

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes</b>	<b>4</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## Relatório da Administração

### Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

### Outras informações

A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva.

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no Annual Report do The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

### Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

### A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores da

### Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

*São Paulo - SP*

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Instituição”) em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de setembro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

## Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>42</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>11.385</b>
Títulos e valores mobiliários	6	11.385
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>45.081</b>
Títulos e valores mobiliários	6	45.081
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>9.100</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.100
<b>Negociação e intermediação de valores</b>	8	<b>33.400</b>
<b>Outros ativos</b>	9	<b>1.838</b>
<b>Créditos tributários</b>	12b	<b>1.811</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>65</b>
Outras imobilizações de uso		238
Depreciações acumuladas		(173)
<b>Intangível</b>		<b>189</b>
Ativos intangíveis		808
Amortizações acumuladas		(619)
<b>Total do ativo</b>		<b>102.911</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Negociação e intermediação de valores</b>	8	<b>33.327</b>
<b>Outros passivos</b>	10	<b>5.326</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	12b	<b>11</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>64.247</b>
Capital social	11	60.000
Reservas de lucros		5.815
Ajustes de avaliação patrimonial		(11)
Prejuízos acumulados		(1.557)
<b>Total do passivo</b>		<b>102.911</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

## Demonstração dos Resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2025

*(Em milhares de reais)*

	Nota	<u>2025</u>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>3.659</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.659
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>3.659</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(6.234)</b>
Receitas de prestação de serviços	18	6.472
Despesas de pessoal	19	(9.370)
Outras despesas administrativas	20	(2.671)
Despesas tributárias	21	(809)
Outras receitas operacionais		200
Outras despesas operacionais		(56)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.575)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>6</b>
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>(2.569)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	12a	<b>1.012</b>
Provisão para imposto de renda		(46)
Provisão para contribuição social		(35)
Ativo fiscal diferido		1.093
<b>Prejuízo do semestre</b>		<b>(1.557)</b>
<b>Prejuízo por lote de mil ações - R\$</b>		<b>(25,95)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

## Demonstração dos Resultados Abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2025

*(Em milhares de reais)*

	<u>2025</u>
Prejuízo do semestre	<u>(1.557)</u>
Varição no valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	<u>555</u>
Títulos e valores mobiliários	555
Efeito fiscal	<u>(222)</u>
Resultado abrangente do semestre	<u><u>(1.224)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

*(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>60.000</b>	<b>310</b>	<b>5.505</b>	<b>(344)</b>	<b>-</b>	<b>65.471</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	333	-	333
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(1.557)	(1.557)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>60.000</b>	<b>310</b>	<b>5.505</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.557)</b>	<b>64.247</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025

*(Em milhares de reais)*

	<u>2025</u>
<b>Atividades operacionais</b>	
<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(1.557)</b>
<b>Ajustes ao prejuízo</b>	<b>(908)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.012)
Depreciação e amortização	104
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>	<b>(3.401)</b>
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.684)
Redução em negociação e intermediação de valores	442
(Aumento) em outros ativos	(312)
Aumento em outros passivos	1.296
Imposto de renda e contribuição social pagos	(143)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(5.866)</b>
<b>(Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.866)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	15.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	9.142
<b>(Redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.866)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

### **1 Contexto Operacional**

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, para clientes institucionais, oferecendo a eles uma estrutura integral e “*end to end*” (“de ponta a ponta”) em linha com as legislações vigentes.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Banco e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”), com sede no Canadá.

### **2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (“CPC”), quando aplicáveis. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista nas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 5 de setembro de 2025.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2.

#### **Adoção de Novas Normas e Interpretações**

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352, juntamente com as normas complementares aplicáveis à Corretora.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos conceitos estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil (“BACEN”) que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Resolução CMN nº 2.682 – que estabelecia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários, aplicáveis aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo a primeira a título de alteração e a segunda de complemento à CMN nº 4.966, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de custos de transação imateriais; e
- Apropriação de receita.

A Resolução CMN nº 5.100 definiu que a Resolução CMN nº 4.966 não se aplica às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários. A partir de novembro de 2023, a norma aplicável às corretoras passou a ser a Resolução BCB nº 352.

### **Transição**

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2025.

### **Impactos decorrentes da adoção inicial da Resolução BCB nº 352**

Não houve impactos financeiros decorrentes da adoção inicial da Resolução BCB nº 352 para a Corretora.

### **3 Descrição das Principais Práticas Contábeis**

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora.

#### **b) Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e ativos financeiros de alta liquidez com prazo igual ou inferior a 90 dias, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **d) Instrumentos Financeiros**

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Corretora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

#### **(I) Avaliação do modelo de negócios**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Corretora considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

#### **(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“Teste de SPPJ”)**

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPJ.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

### **(III) Custo Amortizado (“CA”)**

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

### **(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)**

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

### **(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)**

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

### **(VI) Passivo Financeiro**

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução BCB nº 352, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;

**e) Mensuração do Valor Justo**

Valor justo é o preço pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da mensuração.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. A Corretora utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, a Corretora utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**f) Outros ativos**

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

**g) Outros passivos**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

#### **h) Permanente**

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 6 alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 7, alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Conforme disposto pela Resolução BCB nº 120 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2025 não foram identificadas perdas por *impairment*.

#### **j) Impostos Correntes e Diferidos**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 30 de junho de 2025, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

Com base na Resolução BCB nº 15, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

#### **k) PIS e COFINS**

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

#### **l) Pagamento baseado em ações**

Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução BCB nº 8 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota nº 16).

**m) Benefícios a empregado pós-emprego**

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução BCB nº 59, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

**n) Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2, em seu art. 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como não recorrentes estão evidenciados na nota 22.

## **4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<u>2025</u>
<b>Disponibilidades</b>	<b>42</b>
Moeda nacional	42
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>9.100</b>
Aplicações em operações compromissadas – revendas a liquidar – posição bancada	9.100
<b>Total</b>	<b><u>9.142</u></b>

## 5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### Mensurados ao custo amortizado

	2025	
	Até 3 meses	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>9.100</b>	<b>9.100</b>
Posição bancada		
LTN	9.100	9.100
<b>Total</b>	<b>9.100</b>	<b>9.100</b>

## 6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

### Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

	2025		
	Sem vencimento	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>			
<b>Vinculados à prestação de garantias (i)</b>			
Cotas de fundo de investimento	11.385	11.385	11.385
<b>Total</b>	<b>11.385</b>	<b>11.385</b>	<b>11.385</b>

### Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	2025			
	Sem vencimento	Até 3 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
<b>Carteira própria</b>				
LTN	-	44.975	44.975	44.987
Ações	106	-	106	111
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>44.975</b>	<b>45.081</b>	<b>45.098</b>

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento assim como as ações, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

## 7 Gerenciamento de Riscos

### Administração de Risco Operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às

ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Enterprise Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Enterprise Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

### **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez**

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

### **Administração de Risco de Crédito**

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 4.966, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

### **Gerenciamento de capital**

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:  
<http://www.br.scotiabank.com>.

### **Risco de Mercado**

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

## 8 Negociação e Intermediação de Valores

	<b>2025</b>
<b>Ativo circulante</b>	
Caixas de registro e liquidação	740
Devedores - Contas de liquidação pendentes	32.660
<b>Total</b>	<b>33.400</b>
 <b>Passivo circulante</b>	
Credores - Contas de liquidação pendentes	33.327
<b>Total</b>	<b>33.327</b>

## 9 Outros Ativos

	<b>2025</b>
<b>Ativo circulante</b>	
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.356
Adiantamentos e antecipações salariais	233
Outros valores e bens	94
<b>Subtotal</b>	<b>1.683</b>
<b>Ativo não circulante</b>	
Depósitos judiciais	155
<b>Subtotal</b>	<b>155</b>
<b>Total</b>	<b>1.838</b>

## 10 Outros Passivos

	<u>2025</u>
<b>Passivo circulante</b>	
Provisão para despesas de pessoal	4.025
Impostos e contribuições a recolher	306
Provisão para outras despesas administrativas	145
Impostos e contribuições sobre lucros	78
<b>Subtotal</b>	<u>4.552</u>
<b>Passivo não circulante</b>	
Provisão para despesas de pessoal	774
<b>Subtotal</b>	<u>774</u>
<b>Total</b>	<u><u>5.326</u></u>

## 11 Patrimônio Líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### a. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

### b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

## 12 Imposto de Renda e Contribuição Social

### a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Resultado antes da tributação e após participações nos lucros</b>	<b>(2.569)</b>	<b>(2.569)</b>
<b>Adições/(exclusões) temporárias</b>	<b>2.822</b>	<b>2.822</b>
Provisão trabalhistas indedutíveis	2.768	2.768
Outras	54	54
<b>Adições/(exclusões) permanentes</b>	<b>74</b>	<b>74</b>
<b>Base tributável</b>	<b>327</b>	<b>327</b>
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(98)	(98)
<b>Base tributável após a compensação</b>	<b>229</b>	<b>229</b>
Alíquotas	25%	15%
<b>Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais</b>	<b>(45)</b>	<b>(34)</b>
Incentivos fiscais	1	-
<b>Total IRPJ e CSLL - valores correntes (vide nota 10)</b>	<b>(44)</b>	<b>(34)</b>
Créditos tributários	683	410
Passivo fiscal diferido	(2)	(1)
<b>Total</b>	<b>637</b>	<b>375</b>

**b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem**

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Realização / reversão	Saldos em 30/06/2025
<b>Créditos tributários</b>				
<b>Refletido no resultado</b>	<b>711</b>	<b>1.173</b>	<b>(80)</b>	<b>1.804</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	229	-	(39)	190
Provisões indedutíveis	482	1.173	(41)	1.614
<b>Refletido no patrimônio líquido</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>(222)</b>	<b>7</b>
Ajuste a valor de mercado TVM VJORA	229	-	(222)	7
<b>Total</b>	<b>940</b>	<b>1.173</b>	<b>(302)</b>	<b>1.811</b>

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Realização / reversão	Saldos em 30/06/2025
<b>Passivo fiscal diferido</b>				
<b>Refletido no resultado</b>	<b>(8)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8)	(3)	-	(11)
<b>Total</b>	<b>(8)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>

**c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias**

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	1.437	-	1.437
2º ano	86	-	86
3º ano	98	190	288
<b>Total</b>	<b>1.621</b>	<b>190</b>	<b>1.811</b>
<b>Valor presente (*)</b>	<b>1.395</b>	<b>134</b>	<b>1.529</b>

(\*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

### 13 Limites de Basileia e Limites Operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2025, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 36,11%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

### 14 Passivos Contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 30 de junho de 2025.

### 15 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	2025	
	Ativo/(passivo)	Receitas/(despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>42</b>	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	42	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>9.100</b>	<b>732</b>
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	9.100	732
<b>Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços</b>	-	<b>(182)</b>
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	(177)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	(5)
<b>Outras receitas operacionais</b>	-	<b>48</b>
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	48

### 16 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço

das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

### **Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)**

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 474 e a quantidade total de ações devidas é de 1.544 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 307,31 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 190.

	<b>2025</b>	
	<b>Saldo</b>	
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>
<b>RSU</b>		
Preço da ação	-	307,31 <sup>(i)</sup>
Devido	1.544	474
Provisionado	1.544	474
A provisionar	-	-

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

	<b>A pagar</b>					
	<b>Dez/2025</b>		<b>Dez/2026</b>		<b>Dez/2027</b>	
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>
<b>RSU</b>						
Preço da ação	-	307,31(i)	-	307,31(i)	-	307,31(i)
Devido	438	135	522	160	584	179
Provisionado	438	135	522	160	584	179
A provisionar						

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

## **17 Benefícios a Empregados Pós-emprego**

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2025, é de R\$ 154.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

## 18 Receitas de Prestação de Serviços

São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R\$ 6.472.

## 19 Despesas de Pessoal

	<u>2025</u>
Proventos	5.799
Encargos sociais	2.096
Benefícios	1.003
Treinamento	472
<b>Total</b>	<b><u>9.370</u></b>

## 20 Outras Despesas Administrativas

	<u>2025</u>
Processamento de dados	1.389
Aluguéis	256
Serviços do sistema financeiro	224
Amortização/depreciação	104
Comunicações	88
Serviços técnicos especializados	101
Água, energia e gás	39
Viagens	70
Publicações	24
Outras	376
<b>Total</b>	<b><u>2.671</u></b>

## 21 Despesas Tributárias

	<u>2025</u>
Cofins	407
ISS	324
Pis	66
Impostos, taxas e contribuições	12
<b>Total</b>	<b><u>809</u></b>

## 22 Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2025, o resultado da Corretora era integralmente recorrente.

**DIRETORIA**

**Paulo André Campos Bernardo**  
**Rodrigo Almeida Sergio**  
**Luciana Chi**

**Jaques Mester**  
**Fabio Tirolli de Sousa**

**CONTADOR**

**Roberto Shoji Haga**  
**CRC 1SP242224/O-6**